

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR MUNICIPAL DE DIADEMA - IPRED

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, às nove horas, teve início a Reunião extraordinária do Conselho Deliberativo, de forma presencial.

Membros do Conselho Deliberativo:

ELEITOS:

I – Representantes dos segurados ativos:

Titulares: Rosana Bandeira Nalegaca, Ana Claudia Gonzales de Araújo, Fábio Gomes Peixoto, Maria Aparecida Alves Campos. Suplentes: Amarildo Pereira Amorim, Delvane Maria dos Reis Rosa, Michelly Vasconcelos Neves.

II - Representantes dos segurados Inativos: Titular: Ulisses Woczinski.

Suplente: Deusa Maria Rosa.

INDICADOS:

III - Representantes do Poder Executivo: Membros titulares: José Pereira Barros, Robson de Carvalho, Elaine Cordeiro da Silva Rigueira, Fábio Rodrigues, Reinaldo Leiva. Membros suplentes: Elisete da Rocha dos Santos, Vanessa Aparecida Gomes Oliveira, Rosa Viviane Moura de Macedo, André Luiz Silva Ramos, Bruno de Souza Seto.

IV – Representantes do Poder Legislativo: Titular: Lucas Nogueira de Araújo Souza. Suplente: Jorge Luiz Ferreira de Lima.

V – Representantes do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema: Titular: Silvana Ferreira Caetano. Suplente: Adriana Alves Luna.

Presentes:

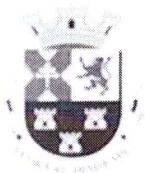
Ana Claudia Gonzales de Araújo, Fábio Gomes Peixoto, Maria Aparecida Alves Campos, José Pereira Barros, Silvana Ferreira Caetano, Robson de Carvalho, Lucas Nogueira de Araújo Sousa, Rosana Bandeira Nalegaca, Bruno de Souza Seto, Adriana Alves Luna.

Estavam presentes representando o Instituto, como servidores do mesmo, os Srs. João Lopes Alves de Almeida, Diretor Financeiro, e o Sr. Rubens Xavier Martins, Superintendente, e o Procurador do Instituto – Sr. Eduardo.

Estavam presentes representando a Prefeitura do Município de Diadema, Sr. Francisco Funcia – Secretário de Finanças, e Sr. Nelson Sato, Assistente da Secretaria de Finanças.

PAUTA:

1 – EXPLANAÇÃO SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA – Sr. Francisco Funcia.



2 - APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 5º BIMESTRE/2023.

Iniciamos a reunião com a apresentação do Sr. Francisco Funcia, Secretário de Finanças, com a exposição dos problemas de arrecadação das receitas estimadas na LOA 2023.

Informa que recebeu o ofício enviado pelo Conselho, datado de 06/12, destinado ao Prefeito, com cópia para os Secretários Odair Cabrera, para ele, Francisco Funcia, e para o Superintendente do IPRED, Sr. Rubens Xavier, no qual o Conselho solicita medidas imediatas para equacionamento do déficit financeiro mensal, bem como a apresentação de plano de equacionamento por escrito, na próxima reunião do Conselho, no dia 13/12.

Procede a leitura do ofício resposta, direcionada a Presidente do Conselho, onde relata que a Prefeitura vem sofrendo, desde abril, um processo de frustração de receitas, especialmente do ICMS e FUNDEB, o que gerou atraso nos pagamentos de fornecedores e demais credores a partir de julho de 2023, e que diante desse cenário, foram adotadas medidas a partir de maio para reduzir as despesas e aumentar as receitas, especialmente por meio do decreto de 19/10/2023, que estabeleceu medidas para busca do equilíbrio orçamentário e financeiro da Prefeitura, bem como Instrução Normativa Conjunta SF/SEPLAGE/SAGEP de 28/07/2023, e IN SF03/23 que estabeleceu cotas mensais para liquidação das despesas. Com relação as receitas foram promulgadas leis que tratam do REFIS e regularização de ISS da Construção Civil. Estão conseguindo reduzir gradativamente o período de atrasos desde o final de novembro de 2023, e nessa perspectiva estão programando o pagamento ao IPRED até o final de janeiro de 2024 das contribuições patronais em atraso referentes aos saldos das competências dos meses de setembro, outubro e novembro de 2023, bem como das taxas de administração.

Informa ainda que a alíquota patronal de dezembro será paga em janeiro, pois tem o vencimento naquele mês, portanto não estará em atraso. Relata que já havia conversado com o Conselho em reuniões anteriores sobre o enfrentamento dessa crise de queda de arrecadação, com dois componentes, a queda de arrecadação muito forte em relação ao ICMS, e ao Fundeb. Nesse processo de frustração de receita, tem uma receita estimada para o ano, que está na Lei Orçamentária e aquilo que está sendo arrecadado efetivamente. No decreto de abertura do exercício, foram apresentados um anexo com três tabelas, uma com a receita que estavam contando como certa, que dava em torno de um R\$ 1,8 bilhão e outros dois quadros que eram os incrementos de receita que faziam parte do orçamento, mas cujas despesas estavam condicionadas a sua execução. O incremento de receita era decorrente das ações de cobrança. Começaram a estruturar esse processo com uma consultoria a partir de março desse ano, com toda parte operacional, que foi equacionada a partir do mês de outubro. Estão praticamente há seis ou sete meses trabalhando num nível muito baixo de campanha de cobrança. O terceiro quadro, que eram os incrementos de receita decorrentes da busca de recursos de outras Fontes, especialmente a fonte federal, cujas despesas estariam relacionadas a execução dessas linhas de crédito em várias áreas como: saúde, educação, e mobilidade urbana. O primeiro ingresso se efetiva em novembro,

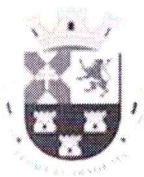


quando a Saúde teve um ingresso de R\$ 75 milhões, tendo outro valor para entrar agora em dezembro, mas é específico para o Quarteirão da Educação. A frustração de receita atingiu quase R\$ 200 milhões, principalmente aquele primeiro quadro de receita de R\$ 1,8 bilhões que esperavam arrecadar, isso que deu asfixia financeira na PMD, e que ocasionou atrasos nos pagamentos, que inclusive chegou a atrasos muito elevados a partir de julho, especialmente agosto, setembro, outubro, mas ainda longe daqueles atrasos que foram encontrados quando assumiram a prefeitura em 2021, que chegavam a 180, 200 dias. Em outubro, tinham uma lista de 120 dias de atraso, quando começaram a ter problemas em relação a alguns casos que chegaram momentaneamente interromper serviços. Essa é uma questão que a partir de novembro começaram a regularizar. A expectativa é que irão terminar 2023 com atrasos de 60 dias, ou seja, ainda é um atraso que não gostariam de ter, pois trabalharam de abril/2021 a abril/2023 sem atrasos. A SPDM esse ano já começa com o valor do contrato reduzido em relação ao novo chamamento, com uma redução de 10%, declara ainda que estão trabalhando com todos os outros grandes contratos, além disso, também está junto aos fornecedores fazendo uma repactuação para pagar de forma parcelada ao longo do ano 2024, para começar 2024 sem uma grande pressão com relação aos restos a pagar. Então, esse é o conjunto de medidas que estão sendo desenvolvidas para restabelecer o equilíbrio econômico financeiro da prefeitura diante desse cenário que nós tivemos, frustração de receita combinando a queda da receita do ICMS, que rebate no FUNDEB, porque o ICMS é um dos componentes do FUNDEB, e quando cai a receita do FUNDEB, dá um duplo efeito sobre a queda da receita do ICMS, é individualmente a principal receita da prefeitura, no passado já foi mais da metade da receita da prefeitura, hoje em dia não é mais isso, mas é ainda individualmente a principal receita. Quando a receita do ICMS está caindo, a do FUNDEB também está, e diferente do que acontece com outras despesas vinculadas, no caso do FUNDEB tem uma questão específica, que são os salários dos profissionais da educação, parte dessa despesa não é mais mantida pelo FUNDEB, sendo bancada pelo Tesouro, e que não estava programada para ser bancada pelo tesouro. A educação deverá chegar a 29% de aplicação nesse ano, além dos 25% ou 26%, terá mais R\$40 milhões de aplicação na educação, que vem dessa migração de gastos que eram bancados pelo FUNDEB e que passam a ser bancados pelo Tesouro. Além da frustração de receitas, um outro componente é que se previa a retomada da atividade econômica neste ano, um pouco mais forte, esperava -se que com a mudança da gestão federal, que tivesse já algum cenário mais positivo da retomada do crescimento e isso não tem acontecido. Então, várias receitas que estão vinculadas à questão da atividade econômica, o ISS está se comportando bem, mas era esperado que se comportasse melhor, isso também gerou uma frustração de receita. O IPTU, teve uma pequena redução de inadimplência, mas era esperado que o resultado das ações de cobrança já tivesse gerado uma redução maior da inadimplência. A taxa de resíduos sólidos, quando foi feito orçamento, era esperado que tivesse a arrecadação a partir de janeiro, a lei foi aprovada em dezembro/2022 e a cobrança nas contas de água puderam ser feitas somente a partir de abril/2023, três meses a menos em relação ao que estava previsto na arrecadação. Além disso, teve um problema operacional com a SABESP, o ponto de vista dos cadastros, da troca de informações, do lançamento. No último mês,



a SABESP deixou de lançar a taxa de resíduos para muitos contribuintes sem avisar. O IPI que é um dos componentes do FPM também não se comportou conforme o esperado, ficando abaixo da previsão orçamentária. Esse foi o cenário que gerou o atraso no pagamento das contribuições patronais, e termina dizendo que é importante que todos tenham clareza de que a prefeitura, entende que o IPRED é parte da prefeitura, não há um tratamento para o IPRED similar ao tratamento que pode ser dado a qualquer outro credor da prefeitura, porque em última instância, se a prefeitura deixar de pagar o IPRED, pela constituição, pela legislação, é a Prefeitura que tem que bancar todas as despesas do IPRED. Atrasou o IPRED porque precisa manter a prefeitura com as condições necessárias. Diante da possibilidade da prefeitura ficar com atraso nos pagamentos que viessem interromper a prestação de serviços, diante da possibilidade da prefeitura ficar inviabilizada, inclusive conseguir dar uma equação para melhorar a sua capacidade financeira, garantindo que a própria população continue estimulada a pagar os tributos, a opção que teve que ser feita foi atrasar esses últimos meses o pagamento do IPRED para conseguir minimamente evitar que chegasse a uma crise maior do ponto de vista da inadimplência, para poder, como está acontecendo, gradativamente conseguiu reduzir os atrasos, está conseguindo melhorar um pouco a receita, está começando a entrar receita, como entrou essa de R\$ 75 milhões por exemplo, para o custeio da saúde, tem mais recursos pleiteados também, mas esse já entrou em novembro, assim como esse outro que vai entrar da educação, ainda que seja para despesas futuras ligadas ao quarto da educação, mas é recurso do tesouro, que não vai ter que colocado para esse fim. Dá o fôlego financeiro para restabelecer as condições da capacidade de financiamento da Prefeitura, foi isso que foi feito, não dá para matar a galinha dos ovos de ouro, é ela que mantém o conjunto das coisas, o funcionamento da prefeitura, o funcionamento de IPRED, o funcionamento da Fundação Florestan Fernandes. Então, nesse sentido, tem que se pensar em conjunto. Não adianta nada deixar o IPRED 100% em dia, e ficar com restrição, com suspensão de fornecimento, não podendo prestar serviços, isso vai gerar um embaraço do ponto de vista da capacidade operacional da prefeitura, que depois gera problema para manutenção do pagamento do IPRED. A redução do contrato da SPDM vai ter como consequência a possibilidade de contratação de profissionais para a Secretaria de Saúde por meio de concurso, que já está sendo pensado. Ao invés de se contratar pela SPDM, que não representa recolhimento para o instituto, será contratado pela Prefeitura para garantir as equipes mínimas de atendimento, que inclusive são necessárias para recebermos recursos do Ministério da Saúde. A Prefeitura foi se estruturando para o cenário de crise que foi encontrado em toda a questão da saúde e dos contratos em geral da Prefeitura, quando assumiram.

Sra. Maria Aparecida Campos - Quando a gente pensou em fazer um momento de conversa com você, foi em relação à questão dos atrasos da alíquota patronal, mas também em relação ao déficit que nós temos com a folha mensal. A gente sabe que isso é uma bomba relógio e que o nosso patrimônio está indo, e que se essa regularização mínima do déficit mensal não se concretizar, o nosso caminho será não conseguir pagar a folha mensal.



Sr. Francisco Funcia - Você me permite? Isso é impossível. É isso que eu quero dizer para você. Nós não vamos conseguir pagar a folha mensal? É impossível, porque a prefeitura tem a obrigação de garantir isso. Quem garante o equilíbrio do IPRED em última instância é a prefeitura. Então, não há essa hipótese.

Sra. Maria Aparecida Campos - estou dizendo com isso, é algo que está se concretizando e a gente está vendo, porque o Patrimônio só abaixa. Nós temos um déficit mensal, que continua sendo bancado pelas nossas reservas. A prefeitura tem algum planejamento ou alguma coisa que diga respeito a isso, para que a gente não tenha que continuar, digamos assim, tirando do nosso PL para poder bancar isso e essa receita seja diminuída ao ponto de chegar uma hora que a gente não vai ter mais nossa reserva para fazer esse equacionamento, porque a gente sabe que tem os atrasos dos pagamentos dos parcelamentos que, de certa forma, se fossem equacionados direitinho, talvez a gente tivesse esse aporte para poder pagar.

Sr. Francisco Funcia - Em 2017, 2018, 2019, 2020, nós tivemos atrasos de pagamentos de contribuição patronal do IPRED. Assim como tivemos também em anos anteriores. A Prefeitura na gestão 21, 22, 23, 24, ela tem que dar conta não somente daquilo que é despesa da sua competência, como ela tem que dar conta desses parcelamentos de coisas no passado. Até 2020, a receita ficou estagnada, e eu não consigo dobrar a receita da prefeitura em quatro anos. Não há como, porque no limite, é a capacidade de que desembolso dos contribuintes. Eu não posso dobrar de uma hora para outra, porque dobrar a arrecadação significa que para os tributos de competência da prefeitura como IPTU e o ISS, que tem uma participação menor no conjunto da receita, eu teria que fazer o que esses tributos? Teria que triplicar? Tem uma lei federal que diz que a taxa de resíduos sólidos tem que cobrir todo o gasto com o lixo. A lei me garante cobrar uma taxa de resíduos sólidos de 90 milhões para ano que vêm, e esse ano R\$ 70 milhões. Eu consigo fazer isso? Não consigo, não posso, não tem como. Não adianta estar escrito na lei que eu tenho que cobrar. Nós temos que fazer isso gradualmente. E isso já estava valendo desde 2020, e nada foi feito. Essa gestão não pode ser penalizada, e ser cobrada de algo que não é consequência dela os problemas que estão sendo gerados. Nós estamos buscando resolver. Queremos em 2024, tentar chegar com o desenho de qual é o plano que seja mais de médio e longo o prazo, relativo à questão da equação do IPRED. Sem que a gente precise bancar a folha do IPRED. Tivermos um aumento para 2024 da alíquota suplementar, isso vai representar um aumento de receita do ponto de vista das contribuições. A taxa de administração também acabou sendo majorada. Seria mentira da minha parte dizer que iremos retomar todo o pagamento dos parcelamentos, porque hoje eu não tenho como demonstrar isso. Mas nós estamos estudando meios de tentar caminhar na linha de chegar o mais próximo daquilo que o IPRED precisa para o seu equilíbrio, digamos assim, para que entre menos na reserva técnica.

Sr. Fábio Peixoto - Eu queria ressaltar primeiramente um agradecimento pelo diálogo, do senhor se predispor a vir aqui. Como já fez muitas vezes. Eu acho que o mais importante é a gente manter essa fonte de diálogo. Como o senhor disse é uma situação muito complicada, e estamos cientes. Toda essa preocupação de ser servidor



também, de ser morador de diadema, a gente traz essa preocupação e temos sempre sido solidários com tudo isso, buscando nas nossas discussões aqui trazer. Eu reconheço particularmente os avanços que essa gestão teve em relação ao IPRED. Está ruim, mas já esteve muito pior. Então, eu reconheço tudo que foi feito, os avanços, que aqui através do Rubens e do João, a busca pelo equacionamento, pela melhoria, a gente percebe isso nas ações, o que foi realizado aí desde 2021, então a gente percebe que realmente existe um caminho. Mas, por outro lado, a gente fica realmente muito preocupado quando tem um limite, a gente está com água no pescoço, e a patronal é uma coisa que dá um sufocamento para a gente, até mesmo com o histórico recente do problema que se gerou. Então, a gente fica realmente muito preocupado com essa situação do município, fica preocupado enquanto conselho porque respondemos solidariamente. Então, a gente está trabalhando, está buscando nas nossas discussões, para que a Prefeitura esteja sempre ciente, sempre a par dessa necessidade, porque eu acho que esse é o papel do conselho, observar e apontar, e a gestão é que vai tomar as decisões, mas eu só queria deixar assim, pontuar essa nossa preocupação com relação à patronal. Uma coisa assim aqui, que no sufoco, o senhor trouxe na sua fala também essa preocupação. E mais uma vez agradecer aí pelo diálogo. Manter essa porta aberta para gente. Eu acho que é primordial em qualquer situação.

Sr. José Pereira - Secretário, obrigado pela presença. Pontuando sobre as receitas, você falou que tem várias medidas sendo retomadas, e hoje estamos no segundo dia do REFIS, e eu queria saber sua impressão do primeiro dia, se já teve um efeito, se você achou que está sendo positivo e se isso pode ajudar a liquidar essas pendências para janeiro.

Sr. Francisco Funcia - Se fracassar essas ações de cobrança, nós vamos ter outro conjunto de problemas, mas o pagamento está garantido, está programado até o final de janeiro/2024. É parte das ações de cobrança. Nós temos, por exemplo, só para dar um número para vocês, R\$ 13 milhões a receber de contribuintes, que já perderam no grau recursal, e que dependem só do Tribunal de Justiça, porque não está no nosso poder de discricionário fazer isso, acionar o bloqueio das contas bancárias.

Sra. Ana Cláudia Gonzales - Secretário, obrigada novamente pelo diálogo. Acho que de todos aqui eu já estou no quarto mandato do IPRED, mas do que ninguém eu sei que se tivéssemos esse diálogo direto não estaríamos nessa situação. Algumas coisas não são dessa gestão, embora em 2019, quando eu cheguei também, eu escutei a mesma coisa, diretamente do gestor, a situação que estava vindo, vinha do Mário Reali. Só para a gente pontuar. Estou dizendo que são duas falas, como o senhor falou, que essa história eu já ouvi também. Mas em 2019 eu não respondo, mas de 2019 pra cá eu respondo, que também nós estávamos naquela situação, naquele momento, a mesma coisa, não se muda em 4 anos, mas enfim, o que que estrangulou aqui praticamente são necessárias essas questões do empréstimo, nós temos a tríplice aliança, funcionário, no meu caso pior ainda, presidente do Conselho, munícipe. Porém, no dia 4 janeiro de 2021, lá no Paço Municipal tivemos uma reunião, não era com esse conselho, diz que a gente já sabia, foi feita até um acordo, eu estava lá, para



a gente não denunciar, o município estava negativado, que a única coisa, comprometimento diretamente do Filippi, estava eu, vereadores e mais alguns, que não atrasaria a patronal, o empréstimo a gente estava ciente que estava entrando, o senhor não ficou até ao final da reunião, o senhor teve alguma emergência, estava ainda fazendo a transição da patronal, então da mesma forma que o senhor fala que é claro e objetivo, eu também sou, para nós, e aí pesa mais, porque a gente tomou uma medida, não sei o que, o senhor vai sair com o senhor, o superintendente depois que eu vou ver com o conselho, também chegamos no limite, porque a gente responde, então sendo bem claro, a única questão, o senhor sabe que também a gente chega a um ponto, que talvez nós temos que realmente notificar, os órgãos, não é o que nós queremos, mas a gente só estava esperando a reunião para ver qual a medida, então eu vou ser bem direto, é basicamente isso que nós acordamos, porque a gente sabe dos empréstimos, tem atraso, mas a patronal foi o limite, para mim foi o limite, eu fiquei muito brava mesmo na outra semana, quando de fato se configurou a patronal, eu entendo tudo isso, mas a patronal era algo que a gente sabe que, pelo menos, desde 2021, quando eu tive reunião direta com o prefeito, e em um dos acordos, ele veio pedir para aceitar, então enfim, que a patronal que não acontecesse, enfim, acontecer. E aí você pensa, sério, eu só vou acreditar em janeiro, claro que está falando tudo, a partir do momento de que esse dinheiro fica na nossa conta, já que em 2021 eu vou falar disso e não se configurou. Por N motivos que o senhor já expôs, algumas coisas eu concordo perfeitamente com o senhor, mas com outras, eu sei que o senhor sabe, eu já falei isso, uma, duas o senhor sabe o que eu penso e eu vou ser novamente direta, algumas escolhas, por exemplo, hoje, talvez o tesouro não precise estar pagando se os seus secretários não gastassem com coisas desnecessárias. Aqui eu não vou colocar o senhor em cheque, porque são os seus parceiros para não ser antiético, entendi também o dinheiro da união vem para o Quarteirão, é um dinheiro que não vai ter que por tesouro, mas também até aqui a prefeitura foi o tesouro que pagou, o novo depósito, que era a educação, que a gente sabe que não vai ser só da educação, e me parece também que boa parte é o tesouro também, ou o FUNDEB enfim que pagou. Então, eu acredito que o senhor tem um esforço brilhante, e a única coisa que eu reforço também, que as demais secretaries também precisam ter esse esforço, porque só a sua equipe sozinha não vai dar conta. Se todos tivessem feito talvez o tesouro hoje tivesse mais recursos. Isso eu estou falando com o conhecimento de causa. Mas como o senhor disse a três reuniões atrás, cada secretário faz a sua escolha. Então, que o senhor levasse isso também para o Felipe, que há as escolhas que são feitas dentro do município, ou algumas coisas que são feitas e depois impactam.

Iniciamos o processo de votação da Prestação de Contas do 5º bimestre/2023:

Fábio Peixoto – vota pela reprovação, por conta da falta de pagamento da patronal e do atraso no pagamento dos parcelamentos.

Robson de Carvalho - vota pela aprovação devido a competência técnica do instituto e os pareceres que vem sendo apresentados, e reforça a cobrança do Conselho com relação ao cumprimento do pagamento dos acordos e da contribuição patronal.



Lucas Nogueira – aprova com ressalvas.

Maria Aparecida Campos – reprovada

José Pereira aprova com ressalvas.

Rosana Nalegaca– vota pela aprovação devido a competência técnica da Gestão do IPRED, mas com ressalvas.

Ana Cláudia Gonzales – reprovava a prestação, mesmo a Gestão do IPRED sendo clara, coerente, e tendo feito todos os ofícios de cobrança a PMD com relação aos parcelamentos, a Prefeitura não apresentou um plano de equacionamento para sanar o déficit mensal do fluxo de caixa do IPRED.

Bruno de Souza Seto -aprova com ressalvas.

Silvana Ferreira Caetano – Reprova, devido à ausência um de plano de equacionamento do déficit e a redução gradativa do Patrimônio Líquido, devido as parcelas em aberto dos parcelamentos.

Sem, mas eu, Silvana Ferreira Caetano, declaro que redigi esta ata com término às 12 horas.

Diadema, 13 de dezembro de 2023.

Assinam a ata:

Ana Claudia Gonzales de Araújo

Fábio Gomes Peixoto

Maria Aparecida Alves Campos

José Pereira Barros

Silvana Ferreira Caetano

Robson de Carvalho

Lucas Nogueira de Araújo Souza

Bruno de Souza Seto

Rosana Bandeira Nalegaca